

Boletim Mensal do WRM, Julho 2015

Quando o consumo e a produção não têm limites: mais territórios ao serviço do capital

Assine o Boletim mensal do WRM

<http://wrn.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

NOSSA OPINIÃO

O que revelam as críticas dos que promovem o mercado de carbono e o REDD à encíclica do Papa?

A nova encíclica "*Laudato Si'*", do Papa Francisco, que aborda a crise ecológica, em especial a climática, tem sido muito comentada neste último mês. Não é muito comum ver tantas organizações e pessoas comentando uma encíclica papal. Apesar de negligenciar questões importantes, como o papel e o lugar da mulher nessas questões, o documento foi bastante incisivo e feliz em suas análises e questionamentos sobre o atual modelo de superprodução e superconsumo globalizados e capitalistas. Com isso, acabou reforçando aquilo que movimentos sociais e outros grupos vêm afirmando e denunciando há muito tempo.

Em seu documento, o Papa também questionou algumas das falsas soluções que têm sido apresentadas aos povos do mundo para enfrentar a crise climática. O documento afirma que o mercado de carbono "*pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de poluentes*". Afirma, ainda, que esse mecanismo "*não implica, de forma alguma, uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um fator de distração que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e setores*". Isso incomodou alguns dos defensores do mecanismo de compensação de emissões de carbono pela venda e compra de créditos de carbono, também chamado de mercado de carbono. Pergunta-se: o que revelam as críticas publicadas por alguns deles?

Esses defensores começam suas respostas afirmando que a compra e a venda de créditos de carbono são um instrumento excelente e efetivo, porque teria mostrado resultados com projetos que foram inclusive "certificados", ganhando "selos de qualidade". A postura defensiva deles revela uma defesa intransigente do mercado de carbono, sem disposição a dar a devida importância às muitas críticas contundentes já produzidas com relação aos mecanismos do comércio de carbono em geral (1), bem como às experiências de campo com instrumentos que buscam comercializar o carbono nas florestas tropicais, como o REDD (2). Ao mesmo tempo, os defensores do mercado de carbono não conseguem formular respostas minimamente elaboradas ao teor de cada questionamento levantado nas frases do Papa.

Apesar de fazerem alguns elogios ao documento do Papa, por sua análise das causas da crise climática, acabam avaliando como fracas as soluções apontadas por ele; estas são vistas como irreais, em parte porque custariam um montante inexistente de dinheiro. Para eles, defender uma "mudança radical" parece sinônimo de não ter o "pé no chão". Isso revela que eles tentam nos convencer de que temos que aceitar o mundo como ele

é, sobretudo o fato de que ele ser dominado por uma economia capitalista de mercado. Aparentemente, não se incomodam com o fato de que essa economia é controlada por algumas centenas de corporações apenas, que, mesmo sendo as principais responsáveis pela crise climática, recebem todo tipo de concessão dos nossos governos – para isso tem dinheiro, sim – e não aceitam limites à ampliação cada vez maior de seus mercados e lucros, às custas da maioria dos povos e de mais destruição ambiental. Os artigos neste boletim, sobre a expansão de projetos de grandes monocultivos em Papua, como também a expansão da mineração em Madagascar e a criminalização dos movimentos na Índia que lutam contra a construção de uma grande barragem, são alguns exemplos disso. O fato de que os defensores do mercado de carbono não falam da necessidade urgente de limitar drasticamente essas concessões, muito menos a defendem, revela que eles vivem do mundo das instituições financeiras e empresas que representam o grande capital, e colaboram com ele. Também são essas as instituições e empresas que até hoje têm tirado mais proveito da existência do mercado de carbono, e são elas as principais interessadas nesse novo mercado e em seu potencial especulativo. Na ansiedade de mostrar os bons resultados do mercado de carbono, seus defensores também revelam outra postura. É a do “técnico”, do “especialista” que “sabe” e entende que seu papel é informar aquele que (ainda) “não sabe” sobre assuntos chamados “complexos” como “CO₂” e “créditos de carbono”, que só ele, o “técnico” ou “especialista”, geralmente homem vindo dos países do Norte, realmente entende.

Quem sente isso na pele são comunidades afetadas por projetos de REDD. São os “técnicos” que chegam nas suas comunidades propondo os projetos e decidem a quais informações os “beneficiados” do projeto terão acesso e a quais não terão. Não costumam informar, por exemplo, que o mecanismo de REDD não reduz os impactos da crise climática porque permite que a contaminação e a destruição continuem, sendo um verdadeiro “fator de distração” do problema principal. Além disso, o tempo e a energia gastos em REDD nas conferências do clima têm colaborado para que ainda não tenham sido tomadas decisões para aprovar e implementar verdadeiras soluções, como a redução drástica das emissões de carbono pelos principais responsáveis. Tampouco costumam informar que a continuação dessa situação por mais tempo resultará no agravamento das mudanças climáticas, o que afetará em especial a sobrevivência das comunidades rurais e/ou que vivem em áreas de florestas – inclusive porque a crise climática compromete o futuro das florestas das quais muitas comunidades dependem. Os “especialistas” também costumam omitir que, em função dos projetos de REDD, outras comunidades vizinhas da empresa poluidora, em países como Estados Unidos e Canadá, que compram créditos de carbono para supostamente “compensar” suas emissões, continuarão sofrendo mais e por mais tempo, em consequência de atividades como a extração e/ou o refino de petróleo praticados pela empresa, que agora foi “compensada” pelo REDD. Essas comunidades costumam ser indígenas e/ou negras; muitas delas sofrem há anos com o racismo ambiental, por ser vizinhas de empresas petrolíferas (3).

Por último, há defensores que buscam o argumento de que a crítica do Papa não procede, tentando argumentar que o instrumento do mercado de carbono já foi aceito pelos governos, ou seja, já faz parte das negociações rumo a um novo acordo global sobre o clima, a ser decidido em Paris, no final do ano. Isso revela como os defensores do mercado de carbono já conseguiram avançar em sua estratégia de capturar os governos para atender a seus interesses! Mas revela, sobretudo, que esses defensores não parecem se incomodar com o fato perturbador de que os povos em geral não são

convidados e muito menos conseguem influenciar decisões extremamente importantes que definirão o rumo que o mundo tomará em relação ao combate – ou não – às mudanças climáticas cujos impactos serão sentidos por todas e todos. O desinteresse em ter mais participação e voz popular tem motivo: se os povos estivessem presentes, poderiam ver de perto como boa parte de seus representantes – os governos e a ONU – estão “presos” aos interesses de um pequeno grupo de corporações e de ONGs colaboradoras dessas corporações que, para evitar mudanças estruturais, estão “vendendo” há anos falsas soluções à crise climática, principalmente a ideia do mercado de carbono, incluindo o REDD, que “ajudariam” a salvar o clima. Se os povos estivessem realmente representados e presentes nesses espaços, poderiam se revoltar e mudar o rumo das coisas.

Reafirmamos a necessidade de que nossos governos, no fim do ano, em Paris, tomem decisões “à altura das circunstâncias”. A “mudança radical” defendida há anos por tantas organizações e movimentos sociais significa simplesmente praticar o exercício de tirar conclusões da análise dos fatos que geraram e agravam a cada dia a destruição ambiental e a crise climática; nada mais “pé no chão” do que isso! É isso que nossos governos também deveriam fazer se levam a sério seu papel de se preocupar com o futuro dos povos que eles supostamente representam. Significa também que as falsas soluções, como o mercado de carbono e o REDD, que não representam nenhuma mudança real e estrutural, precisam ser rejeitadas.

Pedimos a todas e todos que se juntem ao [Chamado a Ação para rechaçar REDD e as indústrias extrativas](#) firmado por mais de 150 organizações e movimentos sociais a nível global – veja, também, artigo neste boletim – um documento lançado na conferência do clima em Lima, Peru, em 2014.

- (1) Veja por exemplo: <http://www.fern.org/pt-br/comerciodecarbono>
- (2) Veja por exemplo: <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>
- (3) Veja por exemplo (em inglês): <http://www.ienearth.org/category/climate-justice/carbon-trading-and-offsets/>

QUANDO O CONSUMO E A PRODUÇÃO NÃO TÊM LIMITES: MAIS TERRITÓRIOS AO SERVIÇO DO CAPITAL

Relançando a destruição em Papua: projeto de agricultura monocultora ameaça terras e meios de subsistência indígenas

Nos últimos cinco anos, os moradores da regência (subdivisão política maior do que uma cidade) de Merauke, na província de Papua, sul da Indonésia, vêm resistindo a um grande projeto agrícola que ameaça a subsistência de mais de 50.000 pessoas. Sua resistência conseguiu retardar o empreendimento de 2,5 milhões de hectares, com concessões vinculadas ao projeto “Propriedades Integradas de Alimentos e Energia de Merauke” (MIFEE, na sigla em inglês). No entanto, recentemente o governo anunciou novos e ambiciosos planos que ameaçam os alimentos e as florestas da maioria indígena Malind, de Merauke.

A terra alocada ao projeto – mais de 55% da área total de Merauke – foi escolhida porque o governo a considera “improdutiva” e pouco povoada. O grande projeto agrícola de monocultura está em sintonia com um decreto presidencial de 2008, sobre grandes investimentos em alimentação e agricultura. Respondendo à crise alimentar global da época, o governo considerou o desenvolvimento de grandes plantações como uma forma de alimentar a crescente população da Indonésia, além de contribuir para alimentar o mundo.

O MIFEE foi polêmico desde o início, porque vai destruir parte da floresta de Papua, que é a terceira maior floresta tropical do mundo, e ameaça as casas, o suprimento de alimentos e as florestas da comunidade indígena Malind.

Embora o objetivo declarado do projeto seja a produção de arroz, milho e outras culturas alimentares destinadas a garantir a autossuficiência nacional e reduzir as importações de alimentos, a maioria das licenças de localização (o primeiro passo para a obtenção de uma concessão) sobre 1,5 milhão de hectares, emitidas para Merauke a partir de 2014, estava relacionada a cultivos que normalmente são exportados. Dezesete plantações de açúcar cobrem 580.000 hectares, oito plantações de dendezeiros ocupam 266 mil hectares, sete plantações industriais de árvores (na maior parte, de acácia e eucalipto) cobrem uma área total de 594.000 hectares, e culturas alimentares, incluindo grandes fazendas de arroz e mandioca, compõem os outros 70.000 hectares (1).

A resistência forte em Papua e em toda a Indonésia retardou a expansão do MIFEE. Mas, durante uma visita à Papua, em maio 2015, o presidente recém-eleito, Joko Widodo, mais conhecido como Jokowi, anunciou seus planos para estabelecer a área como centro de produção de arroz do país nos próximos três anos. Ele disse que seria plantado 1,2 milhão de hectares de fazendas de arroz, produzindo 60 milhões de toneladas por ano. Ele também disse que a área alocada para o MIFEE seria ampliada para 4,6 milhões de hectares (2).

Esse número anunciado é claramente impossível, já que seria igual à área total da regência de Merauke. Mesmo se observando o número menor, mas ainda impressionante, de 1,2 milhão de hectares para novas fazendas de arroz, não fica claro onde seriam encontradas terras na regência junto a plantações existentes, áreas residenciais da comunidade e o Parque Nacional de Wasur.

O anúncio parece ter sido espontâneo. Logo depois, foi realizada uma reunião de acompanhamento entre representantes da administração da regência de Merauke e o ministro da agricultura, Andi Amran Sulaiman, para definir os detalhes. Um jornal local informou que Sulaiman deu às autoridades do governo local apenas três dias para preparar um marco para o empreendimento de 1,2 milhão de hectares de plantações de arroz; 250.000 hectares a ser plantados este ano e outros 250.000 hectares a cada seis meses (3).

O governo central disse que daria 7 trilhões de rupias (534 milhões de dólares) por semestre para apoiar os planos. A fabricante de fertilizantes estatal Pupuk Indonesia recebeu a tarefa de levantar o montante inicial, que será usado para limpar e plantar 750 mil hectares de plantações de arroz (4). Outros 250.000 hectares serão administrados

pelo Ministério da Agricultura, e mais 200.000 hectares serão oferecidos a empresas privadas.

O Presidente Jokowi foi convidado a visitar Merauke pela Medco, atualmente a única empresa a fazer experimentos com agricultura de arroz na área. A empresa – geralmente mais envolvida na produção de petróleo e gás – é uma das pioneiras do MIFEE, mas seu histórico até agora não é bom. Uma de suas subsidiárias envolvidas na extração de madeira, a PT Selaras Inti Semesta, ficou conhecida como uma das piores empresas na região, depois de enganar a comunidade de Zanegi para que entregasse sua floresta por uma indenização mínima. Houve pobreza e conflitos, e nem a própria empresa conseguiu ter lucro, sendo fechada alguns anos mais tarde, mas apenas depois de destruir uma vasta faixa de floresta e deixar os moradores sem floresta e sem renda (5).

Outras empresas privadas ainda não se comprometeram publicamente a participar do programa, embora uma reportagem mencione a Wilmar International e a Sinar Mas entre os conglomerados que manifestaram interesse em investir no projeto (6). Ambas as empresas estão entre as maiores do setor de plantação de dendezeiros, tendo a produção de óleo de dendê como sua atividade principal.

O arroz é um alimento básico para a população da Indonésia e de toda a Ásia, e é produzido principalmente por pequenos agricultores. De acordo com o levantamento agrícola da Indonésia em 2013, há 14 milhões de famílias de agricultores de arroz no país, mais da metade do total de 25 milhões de famílias rurais. A maioria é de pequenos agricultores que possuem menos de meio hectare de terra (7). Hoje em dia, a pequena agricultura camponesa produz quase todas as 44 milhões de toneladas de arroz cultivadas no país. O cultivo de arroz na escala anunciada pelo presidente da Indonésia só pode ser feito usando grandes monoculturas, com métodos totalmente mecanizados e grande quantidade de agrotóxicos. Se a produção de arroz for centralizada nas mãos de algumas empresas estatais e privadas, o que vai acontecer com os meios de subsistência de milhões de agricultores que plantam arroz no país? A área do projeto MIFEE abrange 160 povoados em Merauke. Para o povo de Papua, isso poderia significar a perda de suas casas e territórios. Também poderia pôr em perigo sua fonte de alimento – o alimento básico na região é o sagu, e não o arroz – e animais da floresta.

Um morador do povoado de Zanegi informou que, desde que as plantações começaram a invadir seu território, ficou mais difícil encontrar alimentos. Em 2013, cinco crianças morreram de desnutrição em uma das áreas de concessão da Medco (8). Escrevendo em uma revista local sobre o relançamento do MIFEE por Jokowi, um estudante de Papua escreveu: “Acerca de sua declaração sobre o arroz em Merauke, Jokowi está claramente ignorando o fato de que o povo indígena de Papua consome sagu, e seus meios de subsistência dependem da floresta de sagu. Isso significa que o corte de palmeiras de sagu para garantir a segurança alimentar nacional (do arroz) é um programa que impossibilitará a sobrevivência dos povos indígenas de Merauke, porque vai destruir o seu alimento básico, o sagu”. (9)

Apesar de Jokowi ter falado muito sobre soberania alimentar durante a campanha eleitoral, seu plano continua seguindo uma política nacional de alimentação e agricultura implantada de cima para baixo, não deixando espaço para discussões com as comunidades em Merauke, nem com os produtores de arroz da Indonésia em geral, sobre o que eles acreditam que seja necessário para alcançar a soberania alimentar. O

argumento retórico do aumento da produção nacional de arroz continua a ser uma simples transferência de terras de povos indígenas a grandes empresas.

Com mais de 1,5 milhão de hectares de terras já ocupados por plantações na regência de Merauke, não está claro onde será encontrada a terra de que se fala. Os 1,2 milhão de hectares provavelmente se referem à terra inicialmente destinada ao MIFEE em 2010. Se assim for, está muito fora da realidade imaginar que ela poderia ser plantada dentro de três anos. Para começar, já foram emitidas licenças para plantações de dendezeiros e cana-de-açúcar em praticamente toda a área. Além disso, em muitos lugares, as comunidades indígenas Malinds, que têm direitos sobre terras, declararam claramente que não vão entregar mais terras às corporações.

O desenvolvimento inicial do MIFEE criou o caos para as comunidades e o meio ambiente na região. Expandir o projeto em uma escala tão grande só vai criar mais pressão para as comunidades e mais destruição das florestas. Relançar o MIFEE mostra a continuação de décadas de más políticas no interesse de magnatas e empresas multinacionais para controlar terras e recursos naturais. Basta! É hora de denunciar o MIFEE e devolver a terra ao povo Malind.

*Selwyn Moran, AwasmifEE, awasmiffee@potager.org
Kartini Samon, GRAIN, kartini@grain.org*

(1) Y. L. Franky, “Yayasan Pusaka”, Apresentado no debate sobre o programa de agricultura de Jokowi, em Jacarta, 20 de maio de 2015. Os números são arredondados ao milhar de hectares mais próximo.

(2) “*Pemerintah Siapkan Merauke Jadi Lumbung Padi Nasional*” (Governo prepara Merauke como National Rice Bowl),” Tempo. 11 de maio de 2015. <http://www.tempo.co/read/news/2015/05/11/090665231/Pemerintah-Siapkan-Merauke-Jadi-Lumbung-Padi-Nasional>

(3) Jokowi relaunches MIFEE, wants 1.2 million hectares of new ricefields within 3 years!” AwasmifEE, 15 de maio de 15, 2015. <https://awasmiffee.potager.org/?p=1210>

(4) Damiana Simanjuntak, “Pupuk Indonesia needs \$534m for Merauke Food Estate” Jakarta Post, 18 de maio de 2015. <http://farmlandgrab.org/24915>

(5) Jokowi relaunches MIFEE, wants 1.2 million hectares of new ricefields within 3 years!”, AwasmifEE, 15 de maio de 2015. <https://awasmiffee.potager.org/?p=1210>

(6) Idem.

(7) Censo agrícola nacional de 2013. <http://st2013.bps.go.id/dev2/index.php>

(8) Testemunho de morador de Zanegi em durante o debate sobre o programa de agricultura de Jokowi, Jacarta, 20 de maio de 2015.

(9) *Sanimala Bastian. Majalah Selangkah. Proklamasi Beras, Soal Penjajahan Pangan Indonésia*. 13 de maio de 2015. <http://majalahselangkah.com/content/-proklamasi-beras-soal-penjajahan-pangan-indonesia>

Atividades de mineração e proteção ambiental em Madagascar

Em Madagascar, uma grande ilha de 587.000 km² no Oceano Índico, famosa por sua biodiversidade excepcional e por sua riqueza em minerais no subsolo, mais de seis milhões de hectares são classificados atualmente como áreas protegidas para a conservação da natureza. No entanto, as áreas de mineração também são numerosas e

estão em expansão. Portanto, às vezes, esses dois tipos de espaços são próximos ou sobrepostos.

A partir de alguns fatos e exemplos, este artigo destaca situações em que esses interesses se chocam, a maneira em que os conflitos foram geridos pelos tomadores de decisão malgaxes e por seus parceiros de discussão. Esta reflexão trata das consequências desses processos de gestão para as comunidades locais.

No ciclo de um projeto de mineração, de acordo com a regulamentação malgaxe, a concessão de uma licença ambiental deve acontecer entre a concessão de licenças para pesquisa e para exploração. Essa licença ambiental é complementada por termos e condições relacionados ao plano de gestão ambiental do projeto de mineração.

As questões fundamentais em jogo

Até agora, a Agência Nacional do Meio Ambiente (ONE, na sigla em francês), que é responsável pela concessão das licenças ambientais, ainda não publicou qualquer informação relativa à recusa de uma licença ambiental solicitada por uma empresa de mineração.

Atualmente, no Sudoeste de Madagascar, a licença ambiental dada pela ONE para o projeto **Toliara Sandst** é um tema polêmico, pois seu principal acionista, a empresa australiana World Titanium Resources Ltd, obteve uma licença de exploração em 2012, sem ter a licença ambiental exigida pela legislação nacional, e isso durante o período do Governo de Transição (2009-2014), que não tinha autorização para tomar esse tipo de decisão de longo prazo. Além disso, a construção de estradas para o transporte da ilmenita extraída até o porto certamente levará ao desmatamento da floresta de Mikea, uma área protegida onde o povo Mikea depende totalmente da colheita, da caça e do uso de recursos florestais para sua sobrevivência.

Theo Rakotovao, artista local mundialmente conhecido, é presidente da associação jovem MA.ZO.TO, criada em outubro de 2014 pelos representantes das comunidades afetadas pelo projeto Toliara Sands e seus aliados, para defender e reivindicar seus direitos econômicos, sociais e culturais. Eles trabalham em conjunto com a associação do povo Masikoro, um grupo de pastores da região. Essas associações resistiram à licença ambiental do projeto Toliara Sands durante as consultas públicas realizadas desde outubro de 2014, e manifestaram sua rejeição, a fim de proteger a biodiversidade, a beleza, a cultura e os recursos naturais existentes e, mais importante, os meios de subsistência dos habitantes (1). Os impactos ambientais e sociais da extração de ilmenita já são conhecidos e foram amplamente divulgados por um documentário intitulado “Eu quero a minha parte da terra – Madagascar” (*Je veux ma partie de terre – Madagascar*), que descreve as realidades das comunidades na área de mineração QIT Madagascar Minerals (QMM), da Rio Tinto, no sudeste de Madagascar. Apesar dessa forte resistência, o projeto Toliara Sands obteve a licença ambiental em junho de 2015.

Durante uma conferência seguida de um debate em Paris, dois membros da diretoria da associação MA.ZO.TO. afirmaram que, em termos de proteção ambiental em Madagascar, “os principais interessados usam dois pesos e duas medidas. Quando pequenos agricultores praticam corte-e-queima e vendem carvão para sobreviver, eles [os interessados] dizem que a floresta é protegida, mas quando as empresas

multinacionais destroem centenas de hectares de florestas para suas atividades de mineração, as florestas não são mais protegidas”. Nesse caso específico, a ONG WWF, que tinha feito o manejo da conservação da natureza na região de Toliara por muitos anos e dava lições em todo mundo sobre proteção das florestas, afastou-se da área protegida para deixar o terreno livre para o Projeto Toliara Sands (2).

Além disso, no noroeste de Madagascar, uma empresa alemã chamada **Tantalus Rare Earths** recebeu uma concessão de mineração de 300 km² para a exploração de terras raras na península de Ampasindava. A empresa também obteve a licença de exploração durante o período do Governo de Transição. Em 2012, a empresa assinou uma carta de intenções para cooperação técnica com a empresa química francesa Rhodia (3) e, mais recentemente, um contrato de compra futura, de dez anos, com o grupo industrial alemão ThyssenKrupp (4). A mídia internacional escreve com frequência sobre o sucesso “da Tantalus em arrecadar fundos para sustentar seu projeto” (5).

Será que a Tantalus ousa levar adiante esses compromissos porque já garantiu o compromisso informal dos tomadores de decisão com as atividades de extração, não importando os riscos para o meio ambiente? Fotografias de locais de exploração de terras raras na China mostram a extrema gravidade dos danos ambientais causados pela extração e dão motivo para muita preocupação com as atividades futuras da empresa.

Na verdade, foi criada uma área protegida na península de Ampasindava. O plano de desenvolvimento e gestão da Área Natural Protegida de Ampasindava-Galoko-Kalobinono para 2015-2020, que descreve as florestas e outros recursos naturais na área, menciona os riscos provocados por “um projeto de mineração industrial”, sem mencionar o nome da empresa nem os produtos em questão (6).

A ONG internacional Missouri Botanical Garden Madagascar é responsável por essa área protegida, que deveria existir com base em uma coexistência pacífica com a empresa de mineração. Mas como pode haver essa coexistência sem um impacto sério sobre a área protegida, considerando-se os interesses diferentes? Grupos comunitários locais expressaram o receio de perder suas terras e colheitas.

Um evento dramático ocorreu na região ocidental de Madagascar, onde um projeto de extração de ferro operado por uma empresa chinesa Madagascar Wuhan Iron and Steel Corporation, conhecida como **WISCO**, levou a um alerta em 2012 (7): a construção de uma estrada e um porto constitui um alto risco de destruição para o Parque Nacional de Baly Bay (8), em Soalala. As comunidades locais ficaram especialmente preocupadas com a questão, já que vários rios que fluem às aldeias vizinhas têm origem dentro do parque. As discussões que aconteceram entre a ONG de conservação da natureza que faz a gestão do parque e os defensores dos interesses da empresa não foram divulgadas. Em dezembro de 2014, os meios de comunicação malgaxes relataram um incêndio, provavelmente criminoso, que durou nove dias e destruiu 220 hectares do parque nacional (9). O incêndio teria resolvido parte do problema? As investigações sobre esse incêndio levarão à identificação e à sanção dos culpados e das pessoas por trás deles?

Empresas de mineração responsáveis pela gestão e a proteção da biodiversidade?

Na região Oriental, a empresa **Ambatovy**, uma *joint-venture* entre as canadenses Sherritt e SNC-Lavalin, a japonesa Sumitomo Co e a sul-coreana Korea Resources Co,

extrai níquel e cobalto desde 2013. A Ambatovy ganhou o “Nedbank Capital Sustainable Business Award” em 2014, na categoria “Recursos e Energia Não Renovável”, devido ao seu Programa de Biodiversidade em Madagascar (10). Algumas organizações da sociedade civil malgaxes citaram o exemplo dessa empresa para argumentar que a transferência da gestão da área protegida às empresas de mineração pelo Estado é inadequada, devido a uma questão fundamental ligada a produtores de agrião. Os camponeses que cultivam agrião dependem do acesso a um pequeno rio que atravessa a área protegida gerida pela Ambatovy. Três deles foram presos e acusados de ter introduzido uma nova espécie na área protegida. Essas pessoas e suas famílias vêm plantando agrião no rio durante décadas. A decisão do tribunal libertou os três homens da cadeia, enquanto as 40 famílias que costumavam cultivar agrião no rio já não tiveram autorização para continuar e receberam indenizações de valores desconhecidos (11).

A QIT Madagascar Minerals (QMM) vem extraíndo ilmenita no sudeste de Madagascar desde 2009. A multinacional anglo-australiana Rio Tinto tem 80% das ações da QMM, e 20% estão em poder do Estado malgaxe. Toda a área que contém ilmenita abrange 4.000 hectares, mas a área concedida à QMM-Rio Tinto é mais importante, já que parte dela foi dedicada à conservação da natureza. Investigações de campo resultaram em um documento intitulado “O nexu de mineração-conservação Rio Tinto. ‘Presentes’ do desenvolvimento e compensação contestada em Madagascar” (12), cujo autor escreve que o acesso à terra conecta os domínios aparentemente separados de conservação da natureza e extração mineira. A QMM também vem explorando ilmenita no local de mineração de Mandena, enquanto a extração em Petriky e Sainte Luce parece ter sido adiada devido ao baixo preço atual da ilmenita no mercado global. Todos os três locais foram declarados áreas protegidas em maio de 2015, ou seja, bem depois de a QMM receber suas concessões de mineração sobre as áreas. Em Mandena, as comunidades locais já haviam perdido o acesso à área quando a mineração começou, mas em Petriky e Sainte Luce, a mineração ainda não começou, e, portanto, a área deve permanecer disponível para uso local. A declaração desses locais como áreas protegidas já facilitou a restrição ao uso da comunidade, mesmo sem qualquer mineração ativa sendo realizada.

Considerações finais

Esses casos são exemplos das questões em torno de atividades de mineração e proteção ambiental em Madagascar. Algumas empresas deram início à extração sem qualquer licença ambiental. A fragilidade das capacidades e dos meios das instituições governamentais e estatais malgaxes para avaliar adequadamente os impactos ambientais é um dos motivos que levaram as organizações da sociedade civil e outras estruturas a exigir que o governo malgaxe suspendesse qualquer nova concessão da licença de exploração para mineração, para que se tivesse tempo de melhorar a regulamentação do tema segundo os interesses nacionais malgaxes.

Como mostrou a pesquisa de campo, restringir o acesso das comunidades locais às áreas protegidas não interrompe o desmatamento e pode aumentar a pobreza em alguns lugares. Estão sendo implementadas avaliações sobre os diferentes tipos de gestão florestal e de recursos naturais, incluindo diferentes métodos de financeirização da natureza aplicados em Madagascar.

A vontade do governo e dos tomadores de decisões malgaxes de proteger os direitos e interesses das comunidades locais quando se discute com empresas de mineração e multinacionais continua sendo uma questão importante a ser discutida.

Mamy Rakotondrainibe

Coletivo para a Defesa das Terras malgaxes – TANY

- (1) <http://www.madagate.com/madagascar-informations-politiques-malagasy-photos-madagascar/a-la-une-de-madagascar/madagate-video-et-affiche/4781-madagascar-environnement-sos-du-peuple-masikoro.html>
- (2) <http://terresmalgaches.info/spip.php?article98>
- (3) http://www.mpe-media.com/index.php?option=com_content&view=article&id=398:accord-rhodia-tantalus-re&catid=37:actus-en-libre-acces&Itemid=18
- (4) <http://www.dgap.de/dgap/News/corporate/tantalus-rare-earths-tantalus-signs-supply-contract-with-thyssenkrupp/?companyID=360541&newsID=870713>
- (5) <http://www.agenceecofin.com/mining/1107-30584-madagascar-tantalus-raises-funds-for-its-rare-earths>
- (6) <http://www.mrpa.mg/sites/default/files/download/Etudes/PAG/PAG%20Ampasi%20ndava-Galoko-Kalobinono.pdf>
- (7) <http://terresmalgaches.info/spip.php?article71>
- (8) <http://www.madagascar-tribune.com/Un-port-dans-la-Baie-de-Baly,17361.html>
- (9) <http://www.midi-madagasikara.mg/societe/2014/12/19/parc-national-de-la-baie-de-baly-soalala-222-ha-de-forets-et-des-especies-protegees-partis-en-fumee/>
- (10) <http://www.sherritt.com/press-releases/sherritt-wins-prestigious-nedbank-capital-sustainable-business-award-for-achieve-tsx-s-201411050977220001>
- (11) http://sif-mada.mg/wp-content/uploads/2014/01/Communiqu%C3%A9-de-presse_Anandrano_Ambatovy_24-mai.pdf
http://sif-mada.mg/wp-content/uploads/2014/01/Communiqu%C3%A9-de-presse_Anandrano_Ambatovy_7-juin.pdf
- (12) C. Seagle, The mining-conservation nexus Rio Tinto. Development ‘gifts’ and contested compensation in Madagascar, LDPI, 2013, http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Research_and_projects/Research_networks/LDPI/LDPI_WP_11.pdf
- (13) <http://www.lexpressmada.com/blog/information-live/region-anosy-trois-nouvelles-aires-protegees-dans-la-zone-dilmenite-33567/>

Por que estamos na prisão? Uma luta de mulheres contra a injustiça e a dominação na Índia

Era seis da manhã. Eu e outras companheiras tínhamos que nos preparar para uma manifestação e uma reunião às dez horas, contra a nova Portaria de Aquisição de Terras, promulgada pela terceira vez consecutiva pelo partido que está no poder na Índia. Eu ouvi jipes chegando. Ouvi o som das botas dos policiais quando eles desceram dos jipes. Em seguida, uma batida forte na porta na sala ao lado, onde dois companheiros dormiam. Eu sabia que a polícia tinha vindo nos prender. Enquanto isso, os companheiros abriram a porta. Muitos policiais entraram, apressados. Eu saí do meu quarto e pedi para esperarem eu trocar de roupa. Alguns policiais entraram no quarto, bateram em uma das outras companheiras Adivasis e olharam para a outra, que parecia

paralisada, em sua posição meio vestida, após o banho. Eles apreenderam todos os telefones que encontraram. Enquanto isso, os policiais chamaram a proprietária e gritaram com ela por alugar esses dois quartos, e mandaram desocupar o espaço. Fui levada por uns 15 a 20 oficiais e forçada a me sentar num jipe. A outra companheira Adivasi foi obrigada a se sentar em outro jipe. O nosso comboio partiu, cerca de seis jipes e um caminhão carregado de policiais armados! Nós fomos levados para a Superintendência de Polícia, na periferia da cidade. Eu e a outra companheira fomos enviadas a dois quartos diferentes e os companheiros homens foram mantidos do lado de fora. Então, como esperado, nos levaram ao tribunal local, que foi esvaziado e isolado, e fomos mandadas a um lugar a 80 km dali, em prisão preventiva de 14 dias, junto com cinco outros companheiros que já estavam lá há mais de dois meses, na prisão de Mirzapur.

O que nós fizemos para que a polícia aparecer às seis da manhã e nos prender com uma força armada tão grande, como se fôssemos terroristas? Há uma *razão imediata* e uma *raiva antiga* da polícia e da administração contra aqueles de nós que lutam pelos direitos dos povos.

Razão imediata: o movimento contra a represa ilegal de Kanhar e a aquisição ilegal de terras na área.

O Projeto de Irrigação de Kanhar é um projeto interestadual localizado a jusante, na confluência dos rios Pagan e Kanhar, perto da aldeia de Sugawan, no *tehsil* (divisão administrativa) de Dudhi, distrito de Sonbhadra, Uttar Pradesh. O projeto propõe uma represa de terra de 3.003 km de extensão, com uma altura máxima de 39,90 metros a partir do nível mais profundo do leito, que pode ser aumentada a 52,90 metros se for ligada ao reservatório de Rihand. O projeto prevê a submersão de 4.131,5 hectares, que incluem partes de Uttar Pradesh, Chhattisgarh e Jharkhand, habitadas principalmente por comunidades tribais. O projeto afirma que irá fornecer irrigação aos *tehsils* de Dudhi e Robertsganj, no distrito de Sonbhadra, por meio de canais à esquerda e à direita, em ambos os lados da represa. No entanto, a região já viu o que aconteceu com a represa de Rihand – que foi construída sobre o rio Rihand no início da década de 1960 e desalojou milhares de famílias de mais de 100 aldeias: as águas estão sendo usadas para atender às necessidades de empresas de energia. A área de comando em terra arável do projeto é de 47.302 hectares. O projeto impõe enormes ameaças não apenas à ecologia e ao meio ambiente, mas também a milhares de famílias tribais que vivem ali há centenas de anos.

Depois da aprovação inicial pela Comissão Central de Águas, em setembro de 1976, foram feitas algumas obras de alicerces, mas o projeto foi interrompido logo em seguida devido a problemas interestaduais, falta de verbas e fortes protestos de comunidades tribais da região. O trabalho de construção foi completamente abandonado a partir de 1989-90. Houve tentativas de reinaugurar o projeto em janeiro de 2011 e em novembro de 2012, mas nenhum trabalho pode ser feito até dezembro de 2014, quando a construção começou, sob forte presença policial e paramilitar. As estradas foram bloqueadas e a entrada ao local do projeto foi fechada 1,5 km à frente do canteiro de obras. Residentes locais Adivasis e Dalits, que haviam se oposto ao projeto, manifestaram sua oposição ainda mais intensamente.

O movimento, que era pouco consistente, ganhou impulso com a decisão de se alinhar à União de Povos da Floresta, em uma reunião pública, em dezembro de 2014. Começaram a acontecer piquetes permanentes, um pouco afastados do canteiro de obras. Ativistas entraram com ações no Tribunal Nacional Verde (ambiental), para questionar o projeto em termos de danos ambientais que ele estaria causando, e a falta de licenciamento ambiental e florestal adequado. O Tribunal emitiu uma ordem de suspensão e pediu às autoridades do projeto da barragem para apresentar as licenças ambientais pertinentes.

A ordem do Tribunal observou, entre outras questões, que o projeto está fadado a resultar em uma enorme perda de florestas, com um grande número de árvores já cortadas, apesar da forte oposição das comunidades tribais, pois o corte é uma grave violação das disposições da Lei (de Conservação) Florestal de 1980. A divisão florestal de Renukoot, do distrito de Sonbhadra, é uma das mais ricas e mais densas áreas florestais de Uttar Pradesh. É conhecida por sua rica biodiversidade, suas plantas medicinais e seu patrimônio tradicional e cultural na forma de conhecimento tribal, que tem atraído muita atenção científica e econômica.

No entanto, descumprindo a ordem de suspensão do Tribunal, a construção continuou. A raiva das pessoas aumentou. Em 14 de abril, a população local decidiu organizar um protesto perto do canteiro de obras. À medida que iam se reunindo, as pessoas recebiam tiros – um Adivasi sofreu um ferimento a bala e vários outros ficaram feridos – mas elas resistiram, com quantidades cada vez maiores de participantes sentando-se no chão da área. Isso fez com que a força policial se retirasse e, assim, o protesto continuou. Mais uma vez, em 18 de julho, as pessoas foram brutalmente agredidas com cassetetes e tiros. Foram emitidos mandados de prisão contra vários ativistas, incluindo eu e outras líderes comunitárias Adivasis. Também foram emitidas ordens proibindo a minha entrada no distrito.

A administração do distrito local e a polícia, de mãos dadas com a máfia local da terra e o lobby dos construtores industriais, decidiram pisotear os desejos das pessoas e expulsá-las à força de suas aldeias e terras ancestrais. Eles não se importam com o diálogo, não têm qualquer consideração com o sistema judicial ou a constituição do país. A área é feudo deles e eles o governam como querem – pela força. Não se importam com o fato de esse projeto não ter licenças ambientais ou florestais adequadas e prejudicar diretamente cerca de 10.000 famílias tribais, que perderão suas terras ancestrais para sempre. Não lhes importa que os Gram Sabhas (Conselhos de Aldeia) das aldeias afetadas tenham aprovado um consenso contrário ao projeto e apresentado ao governo estadual. Não lhes importa a perda de florestas densas: o documento do projeto Kanhar mostra que 4.439,294 hectares de terra categorizados como “florestas e outros” serão afetados – milhões de árvores serão cortadas pelo projeto, que causaria um impacto significativo sobre o meio ambiente, os animais selvagens e os meios de subsistência dos povos tribais. Eles não se preocupam com a saúde do rio Kanhar, afluente de um dos principais rios da região – o Sone, que, por sua vez, é um importante afluente da via mais vital da Índia, o rio Ganges. Eles não se importam com a perda de milhões de árvores, que contribuirá para a mudança climática, porque o carbono das florestas será lançado na atmosfera. As pessoas da região não querem esse projeto. Elas dizem: *“Nós não queremos usinas; na verdade, não precisamos delas. São as indústrias que precisam de água, e é por elas que eles querem que nós abramos mão de nossas*

terras ancestrais férteis e destruamos as florestas que temos protegido há séculos, e coloquemos nossos filhos em perigo”.

A antiga raiva contra nós: a luta pelos direitos das pessoas e contra a injustiça

É preciso entender que a raiva da administração local, da polícia, da aristocracia rural e da máfia se deve ao trabalho de mais de uma década e meia, no distrito de Sonbhadra, entre os povos Adivasis e Dalits da região, por seus direitos à terra, à floresta, à água e aos recursos naturais.

O distrito de Sonbhadra, escondido no canto sudeste do estado de Uttar Pradesh, é a “capital energética do país” – produzindo mais de 11.000 MW de eletricidade, e milhões de toneladas de alumínio e cimento. Embora a área seja bastante industrializada, as pessoas são muito pobres. O país inteiro está se beneficiando com a região, que já foi cheia de florestas e colinas, mas ela própria e seu povo não têm se beneficiado; pelo contrário, foram empobrecidos. A “capital energética da Índia” não fornece eletricidade para as pessoas da região. E a terra da qual as pessoas foram arrancadas para a industrialização só fez empobrecer os residentes locais.

É no contexto desse progresso industrial, mas com empobrecimento sem precedentes dos Dalits e Adivasis da região, que o Sindicato dos Trabalhadores da Floresta de Toda a Índia – que então não era um sindicato, e sim parte do Comitê de Campanha pela Reforma Agrária e Direitos Trabalhistas de Uttar Pradesh e, depois, integrante do Fórum Nacional de Povos da Floresta e Trabalhadores Florestais (NFFPFW, na sigla em inglês), que estavam defendendo ativamente os direitos dos povos da floresta – me enviou para trabalhar com as pessoas desse distrito e conscientizá-las sobre seus direitos à terra, às florestas e aos recursos naturais. Isso foi em 1998-1999. O trabalho do Fórum Nacional em Sonbhadra reforçou as discussões que então evoluíam em torno dos direitos dos trabalhadores florestais e das comunidades da floresta. As lutas das comunidades que vivem na floresta para afirmar seu controle soberano sobre essas florestas e outros recursos naturais, travada desde os primeiros dias do domínio britânico até a Índia pós-independência, são provavelmente as mais antigas e as mais coerentes.

Mas essas lutas, até agora, tinham sido marginalizadas pelos círculos políticos e acadêmicos. Na Índia pós-colonial, os discursos florestais e ambientais dominantes quase sempre lidam e descrevem as comunidades florestais como uma ameaça ao meio ambiente e as consideram responsáveis pela destruição dos recursos naturais. Assim, a identidade dos trabalhadores florestais nunca foi realmente reconhecida, nem no discurso da política, nem do movimento trabalhista. Mas a nossa luta estava mudando esse cenário, empoderando as comunidades Adivasis e Dalits locais para que fossem conscientes de seus direitos, se manifestassem e, após a aprovação da Lei de Direitos Florestais, os exigissem. Grandes extensões de terra foram recuperadas por Adivasis e Dalits na região, e eles as estão cultivando coletivamente. Este tem sido um desafio direto à classe proprietária de terras e à casta superior da região.

Outra dimensão é que a luta tem sido liderada principalmente por mulheres – o que incomodou e irritou o estado patriarcal e a aristocracia rural. Por isso, é uma luta de classes com uma forte dimensão de gênero. Esse tipo de repressão – nos mandar para a

prisão, nos ameaçar – só irá fortalecer o movimento. Viva a vitória das lutas dos povos em todo o mundo por seus direitos a terra, água, florestas e dignidade do trabalho.

Roma, romasnb@gmail.com

All India Union of Forest Working People (AIUFWP)

Ver comunicado à imprensa de 15 de julho de 2015, “Diga não à violência do Estado contra os protestos democráticos”, uma declaração conjunta dos movimentos floresta e Adivasis na Índia, em inglês:
<http://palashscape.blogspot.nl/2015/07/press-release-say-no-to-state-violence.html>

Libéria: Ativistas Comunitários de Vambo pedem apoio internacional contra a mineração de ouro

1. Você poderia nos dizer quem são os Ativistas Comunitários de Vambo?

A Associação para o Desenvolvimento da Municipalidade de Vambo é composta de pessoas comuns, que vivem em Vambo, isolada e há muito ignorada e subdesenvolvida, no distrito Número Dois, condado de Grand Bassa. Elas são unidas por uma rede de membros de famílias ampliadas que residem em Monróvia, capital da Libéria. Seus porta-vozes nos Estados Unidos incluem Matthew e Isaac Gblorso, Moniyue Brown e Mamie Boe, líderes comunitários de destaque, Zach N. Davis e, por último, Kona Khasu Sr., ex-vice-ministro da Educação durante o primeiro mandato da primeira mulher presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, e destacado dramaturgo liberiano nos 1970, quando foi diretor da National Cultural Troupe. Os membros da municipalidade de Mahlor, nossos vizinhos mais próximos, também se juntaram a nós. David Kennedy Vanyan, nascido em Mahlor, é um poderoso porta-voz dos interesses comuns, da história familiar e da inter-relação entre as duas municipalidades.

2. Como é a experiência da mineração na Libéria? Houve muitos projetos no passado? A mineração é uma luta comum para as comunidades locais?

A Libéria tem algumas das mais ricas reservas naturais de recursos minerais da África Ocidental. Minério de ferro, diamantes e ouro são apenas alguns dos recursos comumente procurados e dos quais nós dispomos. Infelizmente, a mineração no país, como em toda a África, significou historicamente a exploração das populações que vivem perto das minas. A maioria dessas comunidades está isolada no interior do país, onde as necessidades humanas mais básicas não são atendidas. Os cidadãos dessas comunidades sucumbem à mineração por meio de uma combinação de promessas de “desenvolvimento”, manipulação, coação e, às vezes, força. Muitas vezes, o governo usou a força para assumir o controle de áreas desejadas. Os cidadãos que vivem nessas terras foram recrutados ou ficaram sem opção a não ser trabalhar nas minas. Todas as concessões de mineração na Libéria tiveram esses comportamentos, em diferentes graus. Entre elas, as minas de LAMCO e BONG, que operavam antes da guerra “civil” liberiana. Ainda não se sabe qual será o histórico que a ArcelorMittal e outras deixarão nesta nova era da mineração no país.*

3. Você poderia explicar que tipo de atividade de mineração está ocorrendo na municipalidade de Vambo? É mineração de ouro? Diamantes? Outros minerais?

Atualmente, é apenas ouro, mas há especulações de que existem outros minerais. A mineração do ouro é feita por grupos de garimpeiros itinerantes, a maioria, jovens, que fazem o que agora está sendo chamado de mineração “artesanal” – um termo muito elegante para o que ocorreu em nossa terra. Os garimpeiros – ou “garotos do ouro” – como são chamados, vêm da Libéria, bem como de países do Oeste Africano, como Guiné, Serra Leoa, Mali, Gana e outros. Eles usam trabalho manual, com ferramentas manuais básicas, como pás e picaretas, principalmente.

4. Desde quando essas atividades vêm acontecendo? Quantas comunidades estão sendo impactadas?

A mineração de ouro em pequena escala nas montanhas acima das municipalidades de Vambo e Mahlor existe desde os anos 1960, talvez antes, mas a descoberta da jazida de ouro em novembro de 2014 atraiu atenção nacional e até mesmo internacional. Vinte comunidades, das 48 da municipalidade de Vambo, foram prejudicadas por um afluxo sem precedentes de mais de quinze mil garimpeiros em busca de ouro, vindos de toda parte. Eles superaram em muito e sobrecarregam a população local.

Garimpeiros provenientes do exterior e de outras partes do país introduziram muitos tipos de atividades criminosas, como o roubo de culturas alimentares das quais os agricultores de subsistência locais dependem exclusivamente, roubo de gado, saque aos bens da comunidade, incluindo as duas únicas bombas manuais existentes na municipalidade. Muitos deles foram assassinados por outros garimpeiros, por causa de suas “fortunas”, antes de conseguir sair dos garimpos para se encontrar com compradores ou seus patrocinadores. Felizmente, nenhum morador local foi morto dessa maneira, mas vivemos com medo de ser vitimados e sob ameaça constante. Não podemos realizar atividades agrícolas normais por medo de sermos atacados ou devido à destruição das terras, e do rio e dos riachos dos quais dependemos para obter água.

5. Você sabe se há envolvimento de alguma empresa (ou empresas)? É uma empresa liberiana ou de fora do país?

No início, a maioria dos garimpeiros era liberiana. Logo, estrangeiros ilegais, provenientes da Serra Leoa, Guiné e Costa do Marfim, e até de lugares tão distantes quanto Mali e Burkina Faso, Gana e Nigéria, se juntaram a eles.

No auge do frenesi da mineração, antes das chuvas, havia rumores de que vários estrangeiros da Europa, da Ásia, do Oriente Médio e até mesmo algumas “mãos grandes” – importantes cidadãos liberianos – estariam financiando secretamente garimpeiros e garimpos. Algumas concessionárias estrangeiras de madeira e seus parceiros locais também fizeram propostas para concessões. Portanto, não havia uma empresa única, por assim dizer, mas o efeito líquido de todos esses interesses conflitantes era avassalador e prejudicial. E não havia uma empresa ou indivíduo a responsabilizar.

6. Quais são os problemas que as comunidades na municipalidade de Vambo estão enfrentando em relação a essa mineração? Existem problemas ambientais, como desmatamento ou poluição da água? Há riscos de saúde para as populações locais?

A floresta está sendo cortada indiscriminadamente para chegar às jazidas de ouro. Uma parte da montanha Findley foi reduzida a escavações e túneis para extração do metal. O solo foi desestabilizado, e qualquer chuva mais demorada poderia causar deslizamentos de terra sobre a parte “residencial” da municipalidade de No Way, que fica no sopé da montanha. No auge da mineração, no início de 2015, havia supostamente 20.000 garimpeiros ilegais. Árvores de grande porte e de centenas de anos foram derrubadas e queimadas para abrir espaço para garimpos. Os garimpeiros operam em turnos de 24 horas, com alguns dormindo durante o dia para garimpar durante a noite, usando fontes de luz artificiais.

Os moradores locais estão com receio de plantar, por medo de que mineiros desonestos roubem suas colheitas. Gangues estão saqueando propriedades e levando as colheitas ao mercado de No Way. Diz-se que alguns dos agentes da lei começaram a garimpar ou têm garimpeiros trabalhando para si.

Os riachos e os rios que suprem o município ficaram cheios de lama e inseguros, pois os garimpeiros os usam para procurar ouro e para se lavar. Muitos têm usado as águas para fazer suas necessidades fisiológicas. O roubo das duas bombas manuais comunitárias deixou os moradores sem escolha além de usar os rios e riachos para lavar, beber e cozinhar. Nessas condições, qualquer surto de doença vai se espalhar rápido, principalmente considerando-se que a população não está plenamente ciente dos perigos, no curto e no longo prazos, da ingestão água contaminada com poluição e doenças. A municipalidade está sob constante ameaça de cólera e outras doenças transmitidas pela água. Milagrosamente, foi poupada da recente epidemia de Ebola.

Não há clínicas nem postos de saúde, de modo que pessoas doentes, mulheres grávidas e idosos têm de ser levados nas costas ou de motocicleta – se estiverem bem o suficiente para se sentar – às unidades de saúde mais próximas, em Buchanan, a uns 40 km de distância. Em várias ocasiões, tivemos de pagar para transportar doentes.

7. Houve alguma consulta às comunidades afetadas, antes ou durante as atividades de mineração? Se houve, quem organizou (a empresa, uma ONG ou o governo)? Como você descreveria as consultas?

Não, não houve consultas adequadas. Na maioria delas, as reuniões foram só para mostrar, já que os funcionários do Ministério de Terras, Minas e Energia ignoraram os princípios das recentes Leis de Direitos Comunitários de 2006 e 2009, e dividiram grandes partes da terra da municipalidade em concessões de mineração. Eles também não buscaram inspeções de outras agências governamentais relevantes, que, por lei, deveriam ter sido envolvidas, como a Autoridade de Desenvolvimento Florestal, a Agência de Proteção Ambiental e os Ministérios da Saúde e do Trabalho. Essas negligências aconteceram quando certos indivíduos da comunidade e representantes do governo colocam os interesses pessoais acima da comunidade em geral e das leis de nosso país. Essa é uma prática comum na Libéria.

8. Que atividades foram/são organizadas nas comunidades para resistir às atividades ou empresas de mineração?

Inicialmente, realizou-se uma série de reuniões comunitárias, diálogos públicos e agências de governo locais e centrais, na maioria, cosméticas, com os discursos vazios

de sempre – promessas de construção de estradas, etc. Nos últimos meses, tem havido eventos positivos, já que algumas autoridades locais estão prestando um pouco de atenção à nossa situação. Essas respostas vieram após nossa campanha de cartas e vídeos sobre a destruição e a degradação, entregues em mãos a autoridades eleitas e nomeadas, e a importantes cidadãos e amigos do condado de Grand Bassa. Desde então, houve alguma resposta por parte de alguns membros das Bancadas Legislativas do Condado, seu Superintendente, e funcionários do Ministério de Terras, Minas e Energia.

9. Quais são as demandas das comunidades em relação às atividades de mineração?

Nós queremos:

(1) Interromper a expansão das atividades de mineração não regulamentadas, responsáveis pelo nível de destruição e degradação ambiental de nossas comunidades; (2) evitar o aumento dessas práticas, (3) solucionar os danos já causados (4), insistir em que o governo apoie as comunidades na aquisição de água potável, escolas, clínicas e oportunidades de formação e emprego para os jovens, (5) continuar assumindo o controle dos nossos recursos naturais e decidir quando, como e com quem nos envolveremos para extrair esses recursos para o bem maior da comunidade, da Libéria e de “parceiros” de negócios.

10. Você tem alguma ideia sobre quem está comprando o ouro e com quais empresas e mercados internacionais ele está sendo negociado?

Não temos certeza sobre quem compra o ouro, mas é provável que ele acabe entre o punhado de poderosos intermediários que trabalham em Monróvia, para mercados internacionais. Nosso foco tem sido controlar a situação que se desdobra em nossa comunidade, envolvendo as autoridades competentes por meio da lei, e não necessariamente identificar as “mãos grandes” que estão por trás das coisas.

11. Como o governo tem reagido às reivindicações da comunidade? Você acha que essas reivindicações estão sendo ouvidas?

Inicialmente, o governo mobilizou tropas das forças policiais especiais antimotim – a Unidade de Resposta Emergencial (ERU, na sigla em inglês) e a Polícia de Apoio (PSU) da Polícia Nacional da Libéria – para parar os assassinatos e outras formas de crimes e ilegalidades. Cinquenta policiais foram alocados permanentemente ao garimpo durante cinco meses. É de conhecimento geral que esses policiais começaram a fazer mineração eles próprios, o que levou a um conflito com os garimpeiros descontentes. Pessoas perderam suas vidas durante essa briga. Em várias ocasiões, o governo enviou funcionários do Ministério de Terras, Minas e Energia para avaliar a situação. O ministério também estabeleceu um subescritório no garimpo de ouro de No Way. Agentes da Receita foram enviados para coletar impostos da mineração. Além disso, engenheiros do Ministério de Obras Públicas fizeram uma avaliação da estrada de 12 km que vai do Mercado BIA ao garimpo de No Way. A construção da estrada começou em fevereiro de 2015. Pouco mais de 3 km estavam prontos quando a obra foi interrompida no primeiro grande riacho. A imigração não conseguiu fazer qualquer tentativa real para resolver a presença de milhares de estrangeiros pilhando a montanha. Embora eles tenham sido mais sensíveis desde que nossas cartas e vídeos foram enviados aos nossos deputados e senadores, pode-se dizer que o governo não respondeu

plenamente às nossas reivindicações. Também é possível dizer que o governo pode ter sido dominado pela situação, por várias razões que não vamos abordar aqui. Mesmo assim, nossa comunidade sofreu muito devido ao que ocorreu, e está lutando para se recompor.

12. Que tipo de solidariedade internacional você acha que ajudaria a apoiar as comunidades afetadas?

Precisamos de solidariedade internacional e apoio para ajudar a:

1. Conscientizar e acabar com todas as atividades de mineração que têm impacto negativo sobre as pessoas e o meio ambiente (interromper a destruição da floresta e a contaminação dos recursos terrestres e aquáticos)
2. Arrecadar fundos para melhorar nossos meios de subsistência e apoiar projetos comunitários, ou seja, agricultura, atividades de geração de renda, educação, saúde, e formação de liderança e defesa.
3. Garantir de que a mineração de ouro e outros recursos minerais seja feita em conformidade com as melhores práticas e políticas de Governança e Gestão de Recursos Naturais, bem como as atuais Leis de Direitos Comunitários da Libéria.
4. Garantir o envolvimento da comunidade nas negociações de todos os acordos sobre recursos naturais (minerais e florestais), com direito a dizer “não” a qualquer uma das atividades florestais ou de mineração propostas, se não for do interesse da comunidade e do país como um todo.
5. Para as comunidades e pessoas da municipalidade de Vambo, obter benefícios financeiros justos e desenvolvimento de infraestrutura tangível devido à extração de minerais e recursos florestais em nossa terra.

Ernest Matthew Gblorso, Presidente - matthew.gblorso@gmail.com

Kona Khasu Sr, Consultor Sênior e Ancião - j.emmanuelroberts@gmail.com

Vambo Township Development Association Leadership

** Comentário do WRM: A mineração na Libéria sempre seguiu os interesses de empresas e negócios estrangeiros. A empresa liberiano-americano-sueca Minerals Company (LAMACO), hoje extinta, foi fundada em 1955 por investidores norte-americanos e suecos. A empresa estabeleceu a primeira operação de mineração de grande porte na Libéria, que hoje está sendo reativada pela multinacional ArcelorMittal, que está reconstruindo parcialmente a estrada de ferro Lamaco para o transporte dos minerais extraídos. Da mesma forma, a mineradora BONG, uma concessão alemão-italiana estabelecida em 1958, construiu uma das principais linhas ferroviárias da Libéria para retirar o minério de ferro das montanhas, causando a expulsão das populações locais e danos ambientais.*

A questão da extração mineral na província do Kivu do Norte, RDC: situação atual e análise das questões ambientais

A Reseau CREF (Rede de Conservação e Reabilitação de Ecossistemas Florestais) é uma plataforma de organizações que trabalham com a governança de recursos naturais na província do Kivu do Norte. Entre outros temas, intervém na governança do setor de mineração através do seu programa “Minas e Hidrocarbonetos”.

O contexto da província do Kivu do Norte, República Democrática do Congo

a. Situação da segurança

Por uma década, o Kivu do Norte tem enfrentado continuamente vários desafios relacionados à situação de segurança. As operações que foram lançadas não tiveram impacto significativo até hoje – exceto para alguns (1) – de modo que continuam acontecendo homicídios, massacres, sequestros e raptos de cidadãos nos *territoires* (áreas administrativas da RDC) e em cidades em toda a província. Até agora, mais de 400 pessoas teriam sido mortas a golpes de facão ou machado, o que também tem consequências humanitárias, como deslocamentos, doenças.

A situação é agravada pela falta de governança que favorece a proliferação de conflitos e, além disso, de milícias. Essa falta de governança está na raiz das violações aos direitos humanos nas zonas de mineração, e ela faz com que a população seja privada de sua riqueza e gera destruição ambiental.

Os diferentes acordos que foram assinados no contexto da melhoria da estabilidade na região dos Grandes Lagos (4) continuam a ser “letra morta” e não garantem a paz duradoura.

b. Processos eleitorais e descentralização

A Constituição da República Democrática do Congo, de 18 de fevereiro de 2006, exige descentralização com o objetivo de fazer uma boa gestão dos assuntos do Estado. Ligada a essa descentralização está a divisão da RDC em mais províncias, de 11 para 24. Já foi lançada uma campanha publicitária sobre as novas províncias, mas a regulamentação ainda aguarda uma execução eficaz. Embora não tenha sido diretamente afetada por esse processo (6), a província do Kivu do Norte sofrerá as consequências, em função dos custos de investimento para estabelecer e manter as instituições dessas novas províncias, que exigirão recursos bastante substanciais do orçamento governamental nacional, etc.

A República Democrática do Congo, em geral, e a província do Kivu do Norte, em particular, passarão por um processo eleitoral durante todo o período de 2015 e 2016. A falta de segurança observada em parte da província continua sendo um dos grandes desafios para a realização de eleições pacíficas.

Além disso, alguns partidos políticos e grupos de oposição condicionaram sua participação nas eleições a algumas condições, incluindo um diálogo para discutir questões relacionadas ao calendário eleitoral e conter a tendência a um terceiro mandato do atual presidente da RDC.

O contexto da mineração na província do Kivu do Norte

Durante uma década, a mineração no Kivu do Norte tem sido feita sem respeito pelos direitos humanos das comunidades locais e pelas normas ambientais, além de contribuir para o desmatamento na região.

Na verdade, além dos problemas relacionados aos direitos humanos na mineração e aos conflitos, as questões ambientais não têm despertado preocupações entre os atores envolvidos nas atividades de mineração na província.

Também se deve observar que, mesmo nas zonas onde se pratica mineração semi-industrial e onde os operadores parecem ter os meios para pôr em prática melhores políticas de gestão social e ambiental, as consequências para o meio ambiente são sempre negativas.

a. A situação atual nas zonas de mineração artesanal

Na província do Kivu do Norte, a mineração está ocorrendo nos *territoires* de Walikale, Masisi, Rutshuru, Lubero e Beni. Nos *territoires* de Lubero e Beni, a mineração é de ouro, diamantes, volfrâmio, cassiterita e coltan. A mineração é predominantemente artesanal nas minas de Lubero (Manguredjipa, Bunyatenge e Kasugho) e nas minas do *territoire* de Beni (Cantine, Mabalako).

Por outro lado, no *territoire* de Walikale, a mineração artesanal também é a prática predominante na maioria dos locais de mineração, com exceção de Bisie (a grande mina na região), que avança rumo à produção industrial e é gerida pela empresa MPC/Alpha Mine. É importante notar que a MPC/Alpha Mine inclui duas empresas distintas: a primeira é da África do Sul e a outra, do Canadá, e ambas trabalham em conjunto para extrair cassiterita na mina Bisie, mencionada acima. Os minerais extraídos no *territoire* de Walikale continuam a ser volfrâmio, ouro, cassiterita, diamantes e coltan.

Um único local de mineração foi identificado no *territoire* de Rutshuru: a mina de SOMIKIVU, que extrai pirocloro. A mineração ocorre em uma parte do rio Rutshuru.

Por fim, no *territoire* de Masisi, a mineração também é artesanal e semi-industrial, feita pela empresa congoleza “SMB”, e aqui se pode ver a rápida expansão do coltan.

Note-se que, em determinados locais de mineração, incluindo os da mina Bisie, no *territoire* de Walikale, há um conflito das comunidades locais e/ou mineiros artesanais (garimpeiros) com as empresas que detêm as concessões de mineração. Houve uma tentativa de chegar a acordos e resolver as diferenças, mas as divergências entre as partes permanecem.

b. O processo de revisão do marco jurídico: o código de mineração de 2002

Esse processo, que começou com o trabalho feito em nível de cada grupo (governo, empresas e sociedade civil), resultou em uma proposta que foi apresentada ao parlamento.

A revisão ainda não foi finalizada, já que permanecem divergências entre as partes (governo, empresas e sociedade civil) e por causa da demora em colocar a questão na ordem do dia da Câmara Baixa do parlamento congolês.

A situação atual da mineração no Kivu do Norte

É sabido que o povo congolês vive o paradoxo dos países que são ricos em recursos minerais, mas cuja população enfrenta pobreza extrema.

A província do Kivu do Norte, onde isso certamente é o caso, tem feito experiências com diferentes iniciativas de rastreabilidade e transparência, que visam proporcionar benefícios às comunidades locais a partir de recursos muito abundantes em seu subsolo.

Na prática, como os minerais na RDC, principalmente os do Leste (Kivu do Norte, Kivu do Sul), são objeto da extração ilícita e ilegal, várias iniciativas foram criadas para acabar com os circuitos mafiosos, mas também para romper o vínculo entre os conflitos e a extração desses minerais.

a. Os produtos da mineração

A mineração no Kivu do Norte é voltada principalmente a ouro, cassiterita, coltan, diamantes, turmalina, pirocloro e volfrâmio.

Esses minerais são extraídos com mineração artesanal, por grupos de escavadores conhecidos como cooperativas, que vendem a entidades (escritórios) de processamento através de negociadores (intermediários).

É importante ressaltar que esses operadores são obrigados a cumprir determinados requisitos de transparência e rastreabilidade para que seus produtos possam ser vendidos.

b. Sobre a organização e o funcionamento do setor

O setor de mineração no Kivu do Norte está atualmente submetido a vários requisitos que visam acabar com a ligação entre os conflitos e a extração de minerais. Essas iniciativas estão sendo experimentadas, embora não tenham conseguido pôr fim à fraude e ao contrabando no setor de mineração.

O governo congolês faz esforços para qualificar e legalizar alguns locais de mineração, por exemplo, fornecendo produtos responsáveis a cadeias de abastecimento, mas isso deve andar de mãos dadas com um controle eficiente para dismantlar todas as redes mafiosas que continuam a lucrar com esses recursos minerais.

Em Walikali, há 61 locais de mineração identificados; sete deles foram qualificados e legalizados como “verdes”, e os garimpeiros se reagruparam em Cooperativas de mineração. Estas são cooperativas que gerenciam as atividades de extração nesses locais, incluindo as cooperativas CEMIKA, COMIDE, COMID, COMIMPA, COCABI e COMIDER.

Em Masisi, dos 33 locais de mineração identificados – dos quais os mais importantes estão localizados ao redor de Rubaya, para coltan, cerca de Ngungu e Mahanga, para volfrâmio e cassiterita – 17 foram qualificados como “verdes”, dos quais 12 são para coltan, um para volfrâmio e quatro para cassiterita, com apenas uma Cooperativa de mineração reconhecida (COOPERAMMA).

No *territoire* de Lubero, seis minas de coltan, volfrâmio e cassiterita foram qualificadas e validadas como “verdes”, ou seja, estão prontas para atividades de mineração: Masingi, Mambilee, Kigali, Etaeto esquerda, Malimbenze e Etaeto direita.

c. Impactos da mineração

Os impactos sociais

A mineração na província do Kivu do Norte está na raiz de vários problemas, como consequência da má gestão no setor que, em vez de ser a base para um desenvolvimento sustentável, criou frustrações e miséria entre os chefes e o povo locais.

Por um lado, essa extração criou uma pequena economia que facilita o comércio entre um grupo de pessoas e, por outro lado, a mesma extração é feita sem qualquer respeito pelos direitos humanos e ambientais.

Atualmente, as violações flagrantes relacionadas ao acesso a esses recursos de mineração resultam do fato de que os títulos se sobrepõem a áreas já abrangidas por outros títulos e/ou usadas por operadores locais.

O problema de formalizar operações de mineração, em particular, e da boa governança, em geral, no setor de mineração – que continua a ser dominado pela mineração artesanal em grande parte do Kivu do Norte – é que ele causa outras violações dos direitos humanos, como detenções arbitrárias, atos de tortura, violência contra mulheres e crianças.

Assim como os direitos civis e políticos são violados nos locais de mineração na província, os direitos socioeconômicos também representam problemas enormes.

A falta de acesso a melhores escolas, a serviços de saúde de boa qualidade ou mesmo a infraestruturas rodoviárias continua sendo um pesadelo para as populações que vivem nas zonas de mineração. Essa continua a ser a realidade, apesar de a Constituição da República Democrática do Congo reconhecer a descentralização (que foi concebida para tratar de questões de falta de infraestrutura e serviços de saúde e educação).

Os impactos ambientais

Existem ligações entre a mineração e fatores ambientais. Atualmente, a mineração no Kivu do Norte tem impactos sobre o meio ambiente, como fragmentação da floresta, destruição de biótopos, desmatamento e degradação da qualidade da água.

Assim como em outros países onde há mineração, a República Democrática do Congo tem sentido a necessidade de introduzir disposições sobre gestão e proteção do meio ambiente no novo Código de Mineração e em seus regulamentos de implementação.

Elas se destinam a incentivar os operadores a tomar medidas para, se não eliminar os efeitos ambientais das atividades de mineração, pelo menos atenuá-los o máximo possível.

Infelizmente, estamos assistindo a uma extração que não respeita essas disposições, tanto em Lubero como em Walikale, Beni, Masisi and Rutshuru.

O *territoire* de Masisi, por exemplo, continua a ser uma das zonas com muito desmatamento, o que fica claro nos projetos de pastagem que invadiram essas áreas. As poucas florestas restantes em Masisi, que estavam em processo de recuperação, já estão sendo devastadas por atividades de mineração em vários locais.

Nos locais de mineração do *territoire* de Lubero, a mineração artesanal que viola as normas ambientais é conhecida na região pelo nome local de “método sakasaka”: retira-se a madeira, corta-se a vegetação remanescente e se escava o solo sem respeitar qualquer norma ambiental.

Por fim, nas zonas de mineração artesanal de ouro (locais de mineração de Umate, Walikale, Beni Maguredjipa), o uso do mercúrio para extrair o ouro continua sendo destrutivo para o meio ambiente, por causa da poluição da água e da destruição do solo. Há inclusive consequências para o clima, com a perturbação da precipitação sazonal.

d. Organização e funcionamento do setor de mineração no Kivu do Norte

A organização administrativa do setor de mineração na província do Kivu do Norte segue o código e a regulação do setor no Congo. Por exemplo, os serviços de mineração que representam a divisão das minas, bem como o Ministério de Minas, estão na mesma organização administrativa.

Também há escritórios da CEEC (7) para controle e certificação de minerais, embora os funcionários sejam poucos e não tenham como dar conta de todos os locais de mineração. O SAESCAM (8), que é um serviço técnico do Ministério de Minas, responsável pela supervisão dos garimpeiros, funciona em certas zonas de mineração, embora enfrente graves problemas nessas zonas.

Conclusões e perspectivas

Em um momento em que se buscam respostas para as questões de extração mineral no leste da RDC e na região dos Grandes Lagos, através da adoção de medidas e políticas para lidar com minerais relacionados a conflitos, sugerimos que também se preste mais atenção a questões ambientais e impactos sociais.

As indústrias extrativas e os garimpeiros locais devem fazer mais em relação à responsabilidade social das empresas de mineração, mas também respeitar outras disposições do código de mineração relacionadas à proteção ambiental.

As questões ambientais devem ser consideradas uma preocupação obrigatória para garantir a aceitação do fornecimento de minerais por processadores e consumidores finais.

Reseau CREF (<http://www.reseaucref.org/>)

- (1) Forças Aliadas Democráticas – Exército de Libertação de Uganda
- (2) Forças Armadas da República Democrática do Congo.
- (3) Missão de Observação da ONU para a Estabilização do Congo.
- (4) Os países da região africana dos Grandes Lagos são Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.
- (5) Entidades territoriais descentralizadas.
- (6) Por já ser uma província inteira, como resultado da divisão de Kivu, em 1988 (um teste da divisão).
- (7) CEEC: Centro de Avaliação, Especialização e Certificação (serviço do Estado)
- (8) SAESCAM: Serviço de Assistência e Supervisão da Mineração de Pequena Escala

Viver fugindo: a devastação das vidas e das terras dos Ayoreos nas mãos de pecuaristas

Atualmente, o Paraguai é o epicentro de um encontro regional nada comum. Especialistas de Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Peru se reuniram a partir de 28 de julho para discutir a situação crítica colocada pelos avistamentos cada vez mais frequentes de indígenas isolados, e suas consequências.

A ironia disso é que a reunião convocada por diversas organizações de cooperação e defesa dos direitos dos indígenas foi realizada em um país que ignora, quando não desrespeita, o Direito Internacional (1) e as Diretrizes para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial (2), os quais se comprometeu a cumprir diante do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.

Tudo isso apesar o Paraguai ser o lar, no Chaco, dos últimos indígenas isolados fora da Amazônia, os Ayoreo-Totobiegosodes (3), um povo nômade de caçadores-coletores que considera a área como sua terra ancestral e vem cuidando dela há incontáveis gerações.

Na contracorrente, avança a destruição nas mãos de latifundiários e empresas, a maioria de capital estrangeiro, que desmatam ilegalmente o território dos indígenas para dar lugar a fazendas de gado. O Estado é espectador dessa devastação, muitas vezes indiferente, quando não conivente (4), embora devesse proteger as vidas e as terras daqueles que estão fugindo das retroescavadeiras e se abrigam no último refúgio da floresta habitada por eles e seus ancestrais.

Desmatamento e doença: uma dupla fatal

Nem a situação inicial que forçou as aproximações dos índios não contatados, nem os perigos que ela pode acarretar para eles e todos os envolvidos poderão ser resolvidos a menos que o Estado responsável passe da retórica à adoção de medidas firmes. Sabe-se que, se suas terras não forem protegidas imediatamente, os Ayoreo-Totobiegosodes, que ainda sobrevivem graças ao isolamento e cujo nome significa “povo do lugar dos porcos selvagens”, estarão diante de uma catástrofe.

Trata-se de uma das sociedades mais vulneráveis do mundo (5) e talvez seja por isso que, tanto nas diretrizes da ONU citadas acima quanto na Convenção 169 da OIT e na

voz da Relatora Especial sobre Direitos dos Povos Indígenas (6), o princípio da intangibilidade do território e os critérios de uso, em vez de posse, para estabelecer seus limites não está previsto como um capricho, e sim como a chave para a sobrevivência deles.

Há mais de 20 anos, muitos de seus parentes Ayoreos contatados, que vivem em comunidades sedentarizadas, reivindicam, junto à Survival International, a propriedade de suas terras, das quais uns 500.000 hectares são propriedade legítima deles e de seus familiares isolados, ameaçados pela indústria agropecuária, mas permanecem sob o controle de empresas estrangeiras.

A perseguição que implica o ímpeto expansionista dessas empresas, como a Itapotí S. A., a Yaguareté Porã ou a subsidiária do Grupo San José, com Carlos Casado S. A. à cabeça, resulta não apenas na maior taxa de desmatamento do mundo, de acordo com um estudo da Universidade de Maryland (7); com a morte da floresta, vem a violação do direito mais fundamental de todos: a vida dos Ayoreos que dependem dela.

“Depois que nós fomos contatados, em 1986, muitos dos nossos morreram, incluindo a minha mãe. Nós não queremos que isso aconteça de novo”, declarou uma mulher Ayoreo diante de um ministro, em 2014. Um número desconhecido de índios Ayoreos recentemente contatados sucumbiu a doenças respiratórias, como a tuberculose, para as quais eles não têm imunidade. Isso ocorreu por causa da atividade dos que arrebataam suas terras e seus recursos, e como resultado do primeiro contato. Muitos sofrem dessa e de outras doenças transmitidas por trabalhadores das empresas ou outras pessoas da sociedade ao redor, que ameaçam tirar mais vidas.

Parojnai Picanerai, Ibore Picanerai e muitos outros nomes (8) são um sinal da trilha de morte deixada pelo contato forçado, mas isso pode ser evitado pelo reconhecimento de suas terras.

Os estragos causados pela “besta com pele de metal”

Antes do contato, Esoi, um dos indígenas em isolamento, viu serem cercadas, junto a toda a sua comunidade, as hortas e as áreas de caça que lhes permitiam sobreviver. Isso os forçou a sair das suas florestas, em 2004. Ele resistiu, como ainda fazem muitos outros Ayoreos, à tentativa de colonização por uma retroescavadeira, e atacou o que considerava uma “besta com pele de metal”. “Eu pensei ter ouvido tiros (...) Eu olhei ao redor, mas estávamos todos vivos. Então eu percebi que era o barulho da retroescavadora derrubando árvores”, ele testemunhou. O perigo que Esoi previu se mostrou verdadeiro, e ainda é muito real.

Várias empresas foram pegas em flagrante (9) em imagens de satélite, construindo infraestrutura e estradas dentro da área reivindicada territorialmente pelos ayoreos. Embora isso tenha sido denunciado inúmeras vezes e por várias vias, como a recente denúncia à ONU (10), o sistema judicial paraguaio, fraco e corrupto, não conseguiu impedir futuras invasões às terras nem devolver a terra a seus proprietários indígenas, apesar de isso estar consagrado na Constituição.

A empresa Itapotí S. A. invadiu de forma ilegal e repetida a terra Ayoreo (11). Em abril de 2015, uma equipe de governo confirmou que a empresa reincidiu e operou em

território de propriedade dos Ayoreos, em 1997 e 2004. No entanto, nenhuma acusação foi feita contra a empresa, de propriedade de Nelly Estela Martínez e Mercedes Viviana González, que continua operando impunemente em 15.000 hectares de território Ayoreo.

A Yaguareté Porã S. A., de propriedade de Marcelo Bastos Ferraz, ocupa 78.549 hectares de terra Ayoreo, dos quais milhares já foram desmatados ilegalmente por funcionários da empresa. Há pouco mais de um ano, o pecuarista brasileiro desprezou o pedido desesperado dos Ayoreos para que interrompesse a destruição em grande escala de sua floresta (12), considerada patrimônio natural da UNESCO. Imagens de satélite feitas em 27 de junho deste ano atestam como, apesar de não ter a licença ambiental necessária, o desmatamento frenético continua, para dar lugar à criação de gado. Há anos se fazem campanhas para que Ferraz devolva a terra aos Ayoreos, mas ele ainda resiste a fazê-lo.

A empresa agropecuária Carlos Casado S. A. (13), subsidiária da espanhola Grupo San José, presidida por Jacinto Rey González, é proprietária de 36 mil hectares no núcleo do território ancestral Ayoreo. Em agosto de 2012, o governo confirmou a organização do povo Ayoreo, a OPIT, que a empresa dera início à construção de uma estrada e de uma reserva sem a licença legal necessária. Diante da reação, a Carlos Casado S. A. escreveu ao governo para propor a venda da terra e sua subsequente titularidade em benefício dos Ayoreo. Mas, apesar da pressão dos próprios Ayoreos (14) pela devolução de seu território, a empresa continua muda e passiva.

O drama que essa expropriação representa para os Ayoreos sedentarizados fica evidente não só na violação dos seus direitos territoriais, que equivale a sequestrar sua autossuficiência e seus meios de subsistência. A isso se soma a tentativa de arrebatá-la sua dignidade, já que os que perderam suas terras muitas vezes não têm opção a não ser se tornar peões dessas e de outras fazendas de gado, que ocuparam seu território para abrir caminho à criação de rebanhos. “Queremos continuar usando a floresta, e que os pecuaristas deixem de assediar os nossos parentes que ainda estão lá”, disse um Ayoreo em resposta a esta situação.

Os melhores guardiões do mundo natural

Há décadas, temos testemunhado que, em contraposição à aniquilação do ecossistema do Chaco paraguaio por essas empresas, os Ayoreos atuam como os melhores guardiões do ambiente com o qual coexistem. Prova disso é que as terras ainda habitadas pelos Ayoreos estão entre as últimas áreas de floresta em pé que restam na região.

O acompanhamento da luta pelo território e pela vida dos Ayoreos obteve avanços, como a proteção de 150.000 hectares dessa terra que eles se esforçam para conservar, a partir de seus conhecimentos ancestrais e sua íntima relação com ela. No entanto, permanecem muitos desafios que só serão solucionáveis com pressão organizada e global sobre o Estado paraguaio para que cumpra suas responsabilidades e com a conscientização coletiva das sociedades majoritárias, de que é necessário o reconhecimento e a proteção das terras dos indígenas, e que isso, por sua vez, equivalente à proteção de nosso futuro como humanidade.

Participe da campanha pelo reconhecimento do território Ayoreo, enviando uma mensagem ao Procurador-Geral do Estado do Paraguai:

<http://us1.campaign-archive2.com/?u=b14580b05b832fb959c4ee444&id=6862cfb39d&e=6665240795>

Hilda Pérez, @survivaesp

Survival International, o movimento global pelos direitos dos povos indígenas e tribais, www.survival.es

** Para mais informações sobre o tema dos povos indígenas isolados, consulte o [Boletim 194 do WRM](#)*

- (1) <http://www.ilo.org/indigenous/Conventions/no169/lang--es/index.htm>
- (2) <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/03/Final-version-Guidelines-on-isolated-indigenous-peoples-february-2012.pdf>
- (3) <http://www.survival.es/indigenas/ayoreo>
- (4) <http://www.survival.es/noticias/10763>
- (5) <http://www.indigenasaislados.org/>
- (6) <http://www.survival.es/noticias/10607>
- (7) <http://earthenginepartners.appspot.com/science-2013-global-forest>
- (8) <http://www.survival.es/noticias/10151>
- (9) <http://www.survival.es/noticias/7384>
- (10) <http://www.survival.es/noticias/10838>
- (11) <http://www.survival.es/noticias/10555>
- (12) <http://www.survival.es/noticias/9975>
- (13) <http://www.survival.es/noticias/8608>
- (14) <http://www.survival.es/noticias/10033>

Chamado à ação para rejeitar o REDD e as indústrias extrativas

Mais uma vez, os governos do mundo se reunirão no final do ano, no marco da Convenção das Nações Unidas, para supostamente lidar com o problema real e tangível da mudança climática. No entanto, a agenda das negociações sobre o clima – impulsionada principalmente pelos governos dos países industrializados e grupos de lobby empresarial – segue o mantra da acumulação de capital, que, para efeitos da crise climática, se traduz no mercado de carbono. Esse mantra fez com que as emissões de gases de efeito estufa, o desmatamento e a destruição ambiental em geral aumentassem cada vez mais. Essa destruição crescente é “aceita” e até promovida, desde que seja “compensada” com algum projeto em outro lugar. E são principalmente as populações tradicionais que dependem da floresta as que vivem e sofrem as consequências; não só os impactos de graves secas, inundações e muitas outras mudanças no clima, mas também a pilhagem e o saque dos territórios, produto da extração e da expansão legitimadas pelo mercado de carbono. O último projeto (público) de acordo sobre o clima, a ser implementado após 2020 e que deve ser concluído nas negociações deste ano, em Paris, abre as portas aos mecanismos de mercado, como o REDD, em nível global (1).

O que isso significa?

Os mecanismos do mercado de carbono, como o REDD, permitiram continuar, legitimar e intensificar atividades destrutivas, como mineração, extração de petróleo, gás e carvão, monoculturas de árvores, agroindústria, entre outras. Esse modelo extrativista resultou em expropriação, violência, criminalização, destruição e perda de centenas de povos em todo o mundo e, com eles, de culturas, espiritualidade, conhecimentos, autonomia e do controle que tinham sobre suas vidas e seus territórios (2). Como se pode falar de um mecanismo que visa “deter o desmatamento” ou “beneficiar os povos das florestas” quando a lógica subjacente é expandir a extração em escala industrial? Apesar de toda a propaganda e dos discursos criados para nos fazer acreditar que o REDD é uma “solução viável”, a experiência nos ensina que o que se busca, na verdade, é manter uma economia de acumulação de capital que cada vez mais controla territórios e enche os bolsos de algumas pessoas (3).

Neste contexto, em dezembro de 2014, às vésperas das negociações sobre o clima que aconteceram em Lima, no Peru, mais de 150 organizações e movimentos de todo o mundo lançaram um Chamado à Ação para rejeitar o REDD e as indústrias extrativas, Frear o capitalismo e Defender a vida e os territórios (4). O Chamado denuncia que *“Um dos pilares fundamentais do novo capitalismo global são os ‘serviços ambientais’. Eles significam a submissão, financerização, mercantilização, servidão e escravização da natureza à lógica do capital. O mercado de carbono, a compensação de biodiversidade ou os mercados de água são parte desta forma de capitalismo”*. E acrescenta que *“com REDD+ a capacidade das florestas e solos de absorver carbono e retê-lo, das plantas de fazer fotossíntese, de criar a água, de cultivar ou criar biodiversidade está sendo quantificada, monetarizada, apropriada, privatizada e financeirizada como qualquer mercadoria. O comércio de ‘serviços ambientais’ também impulsiona a impunidade dos contaminadores e destruidores porque, ao invés de cumprirem leis que os proíbe contaminar e desmatar, podem ‘compensar’, além de evitar combater a mudança climática, pois não se ataca o que a provoca”*.

Um passo importante no Chamado era formular claramente a crítica ao REDD, com suas implicações para a expansão do modelo extrativista, já que seus promotores usam constantemente um discurso de “participação local”, “aprimoramento do manejo florestal”, “melhoria das condições de vida e desenvolvimento das populações locais” e até “implementação de direitos territoriais”. Porém, como expressa o Chamado, *“Empresas como a petroleira Shell ou a mineira Rio Tinto, de plantações de árvores para madeira, papel e celulose como Green Resources e Suzano, agroindustriais como Wilmar, Monsanto e Bunge, organismos multilaterais como PNUD ou FAO, transnacionais da conservação como Wildlife Works, WWF, The Nature Conservancy ou Conservação Internacional, empresas consultoras, bancos públicos e privados e muitos governos elaboram, apóiam e financiam projetos e programas REDD+ (...) Estes mecanismos minam as verdadeiras soluções à crise climática pois são uma distração às mudanças necessárias nas formas de produção e consumo e rumo a economias e sociedades livres de combustíveis fósseis”*.

No entanto, a campanha em favor dos mercados de carbono e do REDD se intensifica à medida que nos aproximamos das negociações do fim de ano, que esperam chegar a um acordo sobre o REDD, descartando as evidências reunidas sobre os nefastos impactos desse mecanismo. *“as negociações sobre o clima, cada vez mais controladas pelo*

poder corporativo, não tratam de salvar o clima, nem proteger as florestas e as terras, nem erradicar a pobreza ou respeitar os direitos dos povos indígenas. Pelo contrário, protegem covardemente as corporações depredadoras, reforçando um modelo destrutivo e patriarcal”.

Portanto, mais uma vez, denunciamos que as decisões de avançar com os mercados de carbono e mecanismos relacionados, tomadas em salas de conferência por representantes engratados, não refletem a realidade de povos e florestas, muito menos a necessidade urgente de dar início a uma verdadeira transição que nos afaste de um modelo econômico sedento de combustíveis fósseis. Continuar com o mantra do mercado de carbono seria continuar impondo projetos destrutivos aos povos que têm defendido suas florestas e seus territórios por gerações. Reiteramos o pedido a organizações, movimentos sociais, grupos e redes para que se juntem ao Chamado à Ação, para fortalecer as vozes que, a partir das florestas, nos ensinam as verdadeiras consequências desses mecanismos. *“Lutar contra o REDD também é combater o capitalismo!”*

Você pode participar do Chamado aqui: <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/para-rechacar-redd-e-as-industrias-extrativas-para-enfrentar-o-capitalismo-e-defender-a-vida-e-os-territorios/>

- (1) <http://unfccc.int/resource/docs/2015/adp2/eng/4infnot.pdf>
- (2) Veja mais informações em: <http://wrm.org.uy/es/listado-por-temas/mercantilizacion-de-la-naturaleza/redd-3/>
- (3) Veja, por exemplo: <http://wrm.org.uy/es/libros-e-informes/redd-una-coleccion-de-conflictos-contradicciones-y-mentiras/>
- (4) http://wrm.org.uy/es/files/2014/11/Llamado-COP-Lima_NoREDD.pdf

POVOS EM AÇÃO

Atualização do movimento de resistência contra a POSCO, em Odisha, Índia

Os protestos contra o estabelecimento da planta de aço da Posco no distrito de Jagatsinghpur, em Odisha, Índia, devem continuar até a multinacional se retirar da área. Uma atualização feita pelo porta-voz do movimento local revela que a criminalização dos envolvidos na resistência ainda é extrema, com mais de duas mil pessoas enfrentando acusações judiciais. A declaração denuncia que “muitos moradores não podem sair, mesmo quando há uma emergência médica, por medo de ser presos”. Eles pedem apoio à sua luta contra a POSCO e contra as acusações criminais a moradores e ativistas, bem como à recuperação de seus territórios e meios de subsistência. Veja atualização completa (em inglês) aqui.

Manifesto pelo Dia Internacional de Proteção dos Manguezais

Desde 2004, através da Redmanglar Internacional – que reúne comunidades, organizações, acadêmicos, cientistas e ativistas preocupados com a defesa dos manguezais – todos os dias 26 de julho, eles são celebrados, lembrando sua importância como fonte de vida, proteção e apoio a cidades e comunidades costeiras, bem como sua identidade como território, tradição e cultura. Atividades industriais, como a criação de camarões, a exploração de petróleo, o turismo em grande escala,

entre outras, levaram os manguezais e os meios de subsistência que eles sustentam a um ponto crítico: ameaçados e em perigo de extinção. Veja o manifesto “*Manglar: nuestro alimento, nuestra vida*” (em espanhol) em:

http://redmanglar.org/sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=395:manifesto-dia-manglar&catid=45:dia-del-manglar&Itemid=49

Este ano, diante do recente assassinato de Julio López, ativo defensor dos territórios e dos direitos coletivos de sua comunidade e membro da Redmanglar, presta-se homenagem a todas as pessoas que vivem desse importante ecossistema e que o defendem constantemente dos perigos e das ameaças que ele sofre, dando a própria vida por essa causa. Veja o comunicado aqui.

Promessas descumpridas na Malásia: desalojados por barragens

A construção de três megabarragens na Malásia desalojou dezenas de milhares de pessoas e as forçou a ir para áreas de reassentamento. Um vídeo impressionante do *The Borneo Project* mostra uma realidade terrível, em que os atuais planos para construir mais 12 barragens na região de Sarawak vão expulsar muitos milhares mais. Tendo aprendido com o que aconteceu com as comunidades afetadas por megabarragens anteriores no país, incluindo a perda de meios de subsistência, terra, cultura, bem como lugares sagrados e cemitérios, as pessoas não querem mais promessas descumpridas. As comunidades ainda estão resistindo à implementação de novas barragens e estão decididas a impedi-las. Como diz um dos moradores: “Se você tem terra, você vive. Sem terra, você morre”. Veja o vídeo (em inglês): <https://vimeo.com/130516168>

As comunidades Garífunas do Honduras resistem às expulsões e roubo de terras

Ao longo da costa atlântica de Honduras, as comunidades Garífunas afro-caribenhas estão se sentindo ameaçadas por propostas de criação de projetos de mega-turismo e de cidades administradas por corporações, mais conhecidas como “cidades-modelo”, sem falar do crescente interesse dos traficantes de drogas e plantações de dendêzeiros em invadir e fazer uso dos seus territórios. Como resultado, as comunidades Garífunas estão sendo expulsos de suas terras. Para enfrentar isso, as comunidades decidiram se dedicar à resistência não-violenta para defender seu território. Leia o artigo completo (em espanhol e inglês) em:

<http://wagingnonviolence.org/feature/las-comunidades-garifunas-de-honduras-se-resisten-a-los-desalojos-y-robo-de-tierras/>

RECOMENDADOS

Emissões líquidas zero: nem líquidas, nem zero

O que significa “líquidas” para o Banco Mundial?

Um artigo do jornal mexicano “La Jornada” adverte sobre o problema das chamadas “emissões líquidas zero”, um conceito promovido intensamente em um relatório recente do Banco Mundial. A autora do artigo, Silvia Ribeiro, explica que a expressão é uma armadilha para confundir: não se trata de reduzir emissões nem de “emissões zero”. Ao se acrescentar a palavra “líquidas”, dá-se poder às empresas para seguir poluindo, desde que apresentem uma prestação de contas na qual as emissões sejam supostamente “absorvidas” ou “compensadas” em outros lugares e que, portanto, o resultado seja zero. Na prática, isso faz com que não apenas não se queiram reduzir as emissões, mas também se queiram elevá-las e aumentar seus lucros com o desastre social e ambiental. Leia o artigo completo (em espanhol):

<http://www.jornada.unam.mx/2015/06/13/opinion/021aleco>

Eucaliptos geneticamente modificados são aprovados no Brasil. Quanto tempo até vermos monoculturas de árvores transgênicas no REDD?

Em abril passado, o uso comercial de eucaliptos transgênicos foi aprovado no Brasil, apesar da forte resistência local e das evidências de que essas árvores intensificam os impactos das plantações industriais. Essa é a primeira aprovação de árvores transgênicas na América Latina. O pedido veio da FuturaGene, uma subsidiária da empresa de papel e celulose Suzano. A FuturaGene afirma que, como crescem mais rapidamente, suas árvores transgênicas também absorvem mais dióxido de carbono. No entanto, como aponta um artigo do REDD-Monitor, as árvores da Suzano são, na sua maioria, cortadas e convertidas em produtos de papel, o que devolve o carbono à atmosfera. O artigo também questiona se a aprovação das árvores transgênicas no Brasil significa que agora podemos esperar que as empresas que plantarem vastas monoculturas de eucaliptos transgênicos recebam pagamentos do REDD? Afinal, ainda não há definições consensuais para diferenciar as florestas das plantações de monoculturas de árvores (transgênicas ou não) nas negociações da ONU. Leia o artigo completo (em inglês):

<http://www.redd-monitor.org/2015/04/24/genetically-engineered-eucalyptus-trees-approved-in-brazil-how-long-before-we-see-ge-tree-monocultures-in-redd/>

Descobrimos os segredos de florestas do Benin para melhorar a nutrição

Apesar do crescente reconhecimento internacional do papel das florestas na soberania alimentar das populações que dependem delas, grandes quantidades de plantas medicinais e altamente nutritivas estão desaparecendo devido ao desmatamento. É o que acontece no Benin, onde 12% dos domicílios perderam a soberania alimentar, 38% das plantas medicinais desapareceram e a desnutrição predomina. Um artigo do *The Guardian* destaca uma pesquisa que tem como objetivo proteger e usar sabiamente as plantas nutricionais para os povos da floresta no país, na sua maioria, ameaçados pela agricultura comercial e a mineração. O Benin estabeleceu um precedente ao se tornar o primeiro país da África a aprovar uma lei que protege os sítios naturais sagrados. Veja o artigo completo (em inglês) em: <http://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/jul/01/benin-forest-food-security-nutrition>

Assine o Boletim mensal do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional do WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo – Uruguai

Tel/fax: 598 2413 2989

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>